



O deputado Mário Juruna visitou a aldeia e conheceu os problemas dos índios

Juruna condena a Funai em Peruíbe

PERUÍBE — Um longo e incisivo pronunciamento contra os métodos empregados pela 12ª Delegacia da Funai, que responde pela aldeia guarani de Perúibe, especialmente por impedir que índios que abandonaram o local tenham direito de retornar à comunidade indígena, foi feito; ontem, pelo deputado cacique Mário Juruna, em sua primeira visita a essa aldeia do Litoral, que se encontra em grande abandono.

Juruna, acompanhado de alguns assessores do PDT, chegou às 11 horas de ontem, uma hora antes do horário previsto, indo direto para a casa do índio Euzébio dos Santos (Piba), que lhe fez relato dos acontecimentos sangrentos ocorridos no dia 15 de abril, quando seu pai, o ex-cacique Bento Samuel dos Santos, de 60 anos, foi assassinado por posseiros no Bairro de Coçoca, depois de ter participado de um jogo de futebol na aldeia. Em razão de desentendimentos havidos no jogo, num atalho fora da aldeia, houve um confronto horas depois entre índios e posseiros, morrendo o ex-cacique Bento e saindo feridos dois índios e dois posseiros.

Mas a visita de Mário Juruna à aldeia guarani foi sobretudo uma oportunidade para ele conhecer melhor os problemas dessa comunidade indígena de 18 famílias, que não somam nem 100 pessoas e que vêm abandonando aos poucos o local, pelo pouquíssimo apoio dado pela 12ª Delegacia da Funai, com sede em Bauru e dirigida por Álvaro Villas Boas. Esse delegado foi duramente atacado por Juruna, que depois de fazer várias denúncias envolvendo a sua incompetência e métodos de perseguição ao índio, acabou concluindo que hoje "ele não manda mais nada, nada", deixando claro à aldeia guarani que eles têm total liberdade para denunciar opressões e erros da Funai.

A designação do novo presidente da Funai, ocorrida há poucos dias, representa, segundo o cacique deputado, um novo período para o órgão que responde pela política indigenista no País. Ele citou como acontecimento inédito o fato de um índio estar respondendo pela chefia de gabinete do órgão, mas lamentou as precárias condições financeiras da Funai. Embora confundindo-se com o valor da dotação orçamentária do órgão (falou em Cr\$ 2 milhões, depois Cr\$ 13 milhões e corrigiu para bilhões), Juruna revelou sua disposição de manter encontro nesta semana com Delfim Neto para reivindicar recursos à fundação.

A VEZ DO ÍNDIO

Ao saber por relatos da índia Catarina Delfino dos Santos, que hoje mora fora da aldeia, que seu pai João Samuel dos Santos, de 77 anos, estava encontrando dificuldades para retornar à aldeia de Perúibe, por ter saído do local há 3 anos, Juruna fez um longo desabafo contra a Funai, embora explicasse que as falhas dos encarregados de postos e de delegacias regionais nem sempre chegam ao conhecimento do presidente da fundação.

"Conheço o delegado de Bauru. Sempre assumiu atitudes contra os índios. Perseguiu muito o índio guarani, tomou suas terras, nunca deu qualquer ajuda. Esse Álvaro nunca gostou de índio. Não quer que ele estude, que ele assuma, que saia e retorne à aldeia dele. Mas o índio não deve mais se assustar com pressões e ameaças. A Funai existe para proteger o direito do índio, garantir educação, demarcação de terras, assistência técnica agrícola, e não para proibir nada, muito menos o direito do índio, que é livre de entrar em sua aldeia".

"Ninguém pode tomar decisões pelos índios. Ninguém pode segurar o índio com uma corrente no pescoço", prosseguiu Juruna, dirigindo profundas críticas a todos os organismos indigenistas que, segundo ele, se pro-

põem a defender o índio, mas só fazem explorar sua imagem, "inclusive falando no exterior em nome do índio, mas sem autoridade para isso". Juruna englobou nessa crítica a ABA, o Conselho Nacional do Índio, antropólogos e até o Conselho Indigenista Missionário —, embora este último órgão, ligado à Igreja, venha, efetivamente, no Litoral, dando apoio à causa indígena, sendo o principal articulador para a demarcação das terras dos guaranis em Itariri.

Inclusive, uma missionária do Cimi presente à aldeia guarani de Perúibe, Jussara Capucci, revelou os constrangimentos que os missionários do órgão vêm sofrendo para manter contatos com os índios de Perúibe, já que a responsável pelo posto, Maria Conceição, exibiu, no último domingo, um comunicado vindo da 12ª Delegacia da Funai, proibindo textualmente a entrada dos integrantes do Cimi na aldeia. Naquela data, como confirmou a índia Catarina Delfino dos Santos, sobrinha do cacique assassinado, ela, ao lado do irmão Nimbojere (Diadé) e vários índios guaranis que moram fora da aldeia, compareceram a Perúibe acompanhados de um padre para rezar missa pela alma de Bento Samuel dos Santos.

Mas, durante mais de hora e meia ficaram parados no posto da entrada da aldeia, esperando que a responsável liberasse a entrada do padre, cuja vinda havia sido solicitada pela própria viúva e parentes do morto. Os índios guaranis, embora tenham rituais próprios, também querem a presença de padres católicos quando morrem parentes, dentro de um sincretismo religioso fácil de se entender, devido à catequese existente no Litoral durante séculos.

Mas não só denúncias envolvendo a liberdade de ir e vir de pessoas interessadas na causa indígena foram levantadas no encontro com Juruna. A imprensa também revelou ao deputado os constrangimentos que sofre toda vez que precisa fazer entrevistas nessa aldeia, uma vez que os encarregados do posto, invariavelmente, exigem autorização da Funai, embora os índios não se importem em receber repórteres. Juruna foi enfático em dizer à aldeia, que "o índio é livre e tem todo o direito de fazer denúncias, não só à imprensa como também ao ministro do Interior, ao presidente da Funai e a ele, que é porta-voz da nação indígena no Congresso".

FALTA TUDO

Entre os fatos revelados ao deputado, envolvendo o abandono da aldeia, estão a falta de professor na escola há meses (embora a encarregada do posto, Maria da Conceição, tenha se apressado em dizer que no próximo mês chegará professora contratada pelo Estado) e falta de um plano agrícola adequado. Exemplos dessas falhas são vários quilos de adubo estocados na sede do posto, enquanto o índio Cesariano Osório dizia não possuir o produto para cuidar de seus 2.500 pés de banana.

Mas esse adubo, segundo foi explicado depois, seria devolvido a Bauru, já que as bananeiras estão plantadas no brejo, o que impediria o aproveitamento do fertilizante. A esse respeito, aliás, o índio Diadé, que hoje mora em Itanhaém, ironizou: "O agrônomo da Funai ensinou o pessoal daqui a plantar banana no brejo e erroz no morro". O plantio de banana dentro do projeto da Funai é de 26 mil pés, conforme explicou a encarregada. Ali atuam alguns índios que ganham Cr\$ 2 mil por dia. Mas, como eles pediram aumento há dois meses e até agora não veio a autorização, ninguém está trabalhando e nem recebendo. Em consequência, muitas famílias estão passando necessidades, já que vendem pouco artesanato.

CED

Povos

Fonte: 6

Data: 17